

A “felicidade que não tem preço”: resistência e liderança na Vila Autódromo

Marcos de Aquino Santos¹

“Então quando eles me ofertaram, eles me ofenderam. Botando na minha casa dois milhões e quatrocentos pensando que eu ia lá negociar... Eu não estava à venda, eu não coloquei nenhuma placa de venda na minha casa, falei: Eu não quero dinheiro! Eu quero permanecer na minha comunidade, onde eu sou feliz! E felicidade não tem preço.”

(Maria da Penha Macena)

Introdução

Moradora de Vila Autódromo, comunidade situada na Zona Oeste do Rio de Janeiro parcialmente removida por ocasião dos grandes eventos que marcaram os anos recentes na cidade, Maria da Penha foi e ainda é uma liderança local com bastante visibilidade na mídia brasileira e internacional, sobretudo aquela dedicada a retratar as dificuldades e os meios de ação das populações marginalizadas em processos de resistência contra investidas deletérias do poder público.

Com o foco principal em eventos marcantes da biografia dessa liderança, notadamente a sua recusa em deixar o território, contrapondo-se a inúmeras propostas da prefeitura, interessada em demolir sua casa, conforme os relatos apresentados em duas entrevistas com ela realizadas, no âmbito do Projeto Memórias da Luta Pela Terra e Moradia no Estado do Rio de Janeiro, do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – Iterj, o objetivo deste texto é compreender a conversão da entrevistada em uma das mais destacadas lideranças na luta pela terra e moradia na cidade do Rio de Janeiro, observando as suas tomadas de decisão, as suas práticas, os seus valores, os recursos presentes, os contextos implicados, as estratégias seguidas e os princípios orientadores presentes na trajetória de vida em questão. Pretende-se, assim, uma análise de maior realismo, no intuito de evidenciar a dimensão individual das tensões sociais caracterizadoras do contexto no qual a trajetória de luta da comunidade se construiu, revelando aspectos menos aparentes no quadro das ações coletivas e mobilizações públicas, voltadas aos chamados direitos difusos, que então podem ser

¹ Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Professor-tutor no departamento de Segurança Pública e Social da Universidade Federal Fluminense – UFF; Analista de Desenvolvimento Agrário no Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – ITERJ.

lidos no modo como afetam e são afetados por pessoas e ações, isto é, o seu caráter eminentemente pragmático.

Tomando como ponto de partida aquele tipo de narrativa que Halbwachs (1990) inseriu no quadro de uma “memória coletiva”, dirige-se aqui a atenção para uma trajetória de vida narrada não pelo seu valor em si mesmo, mas como referência privilegiada para se descortinar também o percurso seguido pela comunidade onde essa trajetória se realiza. A história de Dona Penha será aqui compreendida como verdadeira “causa pública” (DEWEY, 1991), isto é, um conjunto de desafios enfrentados no âmbito da chamada “arena pública”, ou “esfera pública”. De fato, como se verá, o cenário principal de expressão de suas escolhas, recusas e dilemas, segundo sua própria narrativa, foi e tem sido o cenário da luta coletiva de sua comunidade.

A categoria luta aparece com bastante destaque em certos trabalhos já consagrados a respeito de temática semelhante, como é o caso do estudo de Comerford (1999) sobre trabalhadores rurais da Bahia e suas múltiplas utilizações do termo. O autor mostra como a expressão luta pode assumir um sentido de sofrimento e de vivência de uma situação de pobreza, quando presente na fala de camponeses que se enxergam como despossuídos e marginalizados; ou um sentido mais ético, ou épico, quando remetida aos contextos atinentes aos conflitos entre esses trabalhadores e os grandes proprietários da região, de modo a apontar para a resistência diante de figuras poderosas; ou, por fim, um sentido mais político, quando incorporada ao léxico sindical e suas ferramentas jurídicas e políticas, adquirindo certo peso no discurso público. A recorrência da categoria, no entanto, como sustenta o autor, demarca mais continuidades do que descontinuidades, irrompendo como fato sociológico digno de nota, cujo alcance deve ser demarcado e compreendido pela pesquisa científica, de modo a sinalizar para toda uma configuração social específica. As representações reunidas em torno da categoria luta, conclui, apontam para aquilo que é objeto deste artigo: o próprio fenômeno da mobilização individual e coletiva, em suas condições de emergência, as ideias a ele subjacentes, as oposições e mediações necessárias à agenda de resistência de uma comunidade, as redes de solidariedade que podem ser construídas, as ferramentas formais ou informais de encaminhamento de uma demanda, em suma, toda uma série complexa de questões práticas que se põem à prova no fazer social que se chama de luta.

As tomadas de posição de Maria da Penha na direção da luta pela terra e moradia serão aqui analisadas não necessariamente em sua dimensão estratégico-política, como

ações plenamente conscientes de seus efeitos e finalidades, mas a partir daquilo que a própria liderança em questão toma como perspectiva, reconhecendo mesmo a sua capacidade de julgamento das situações vividas. Como alertou Chazel (1995), deve-se tentar incorporar outras dimensões da práxis, além de seu caráter utilitário, como aquelas que emergem e perduram sem que o seu sentido econômico ou material sejam condições preponderantes. A importância da terra e da moradia, por exemplo, pode ser melhor compreendida a partir dessa chave. Trata-se de domínios da sensibilidade, da familiaridade, da domesticidade, que aqui serão tidos como tão significativos quanto a dimensão estratégica das ações, tal como preconizado pela chamada sociologia pragmática. Cefaï (2009), por exemplo, representante desse campo, afirma que a própria constituição dos problemas públicos a serem levantados por um processo de mobilização não é dada naturalmente ou por disposições racionais, lineares, de um grupo ou de uma pessoa. Até mesmo a construção de grupos mobilizáveis aparece como questão a ser resolvida, posto que não há públicos automáticos para os quais determinados problemas são apresentados e sim problemas para os quais certos públicos se constituem. Assim sendo, a luta em questão pode ser entendida como a trajetória mesma dos agenciamentos de pessoas e coisas, da evocação de normas legais ou informais, de sensibilizações, associações, cooperações, montagens, desmontagens e remontagens institucionais, jurídicas e políticas, isto é, elementos observáveis em seu caráter dinâmico, não substancializado.

Análises realizadas a partir de material biográfico são relativamente comuns nas ciências sociais, conforme se pode verificar em Bourdieu (2006), Elias (1995) ou Becker (1986), por exemplo. A história de vida como reconstrução a posteriori de determinada identidade contextualmente pactuada, com suas ênfases e supressões significativas, suas composições de fatos e ordenações de causalidade, tem revelado toda a sua importância nos dias que correm. As memórias aqui em discussão, sobretudo por seu caráter contra hegemônico em relação aos discursos oficiais sobre as populações mais pobres, podem ser reveladoras das contradições de um tecido social tão permeado por narrativas em disputa. Mencione-se inclusive a formalização conceitual realizada por Arfuch (2010), segundo a qual se devem reconhecer os chamados “fatos” históricos como uma matéria em construção irremediavelmente organizada na forma de narrativa. É esse regime discursivo de reunião de informações que orientará o texto, reforçando a preocupação do olhar sociológico com os testemunhos, a vivência e a interpretação do passado segundo a experiência biograficamente narrada de um sujeito significativo ao

território considerado: saberes e práticas aptos a integrar as chamadas “epistemologias do sul” (SANTOS, 2019), isto é, aquelas que se constituem à margem e, sobretudo, em oposição à exploração capitalista, colonial e patriarcal, baseada em padrões sociais, culturais e de entendimento pretensamente universais. O pensamento de Dona Penha nos ajudará a compreender a produção da resistência de uma localidade, assim como a produção da própria localidade nesse processo de resistência: a construção mesma da Vila Autódromo como espaço social de luta.

Dona Penha: trajetória de luta

Na época em que Maria da Penha Macena chegou à Vila Autódromo, nada indicava as adversidades que lhe ocorreriam. O ano era 1993 e tudo se movia a seu favor, pelo menos de um ponto de vista material. Deixando para trás a favela da Rocinha, o desafio de encontrar um espaço maior e mais acolhedor onde pudesse viver com mais tranquilidade parecia ter sido plenamente satisfeito. O anúncio no jornal não mencionava nenhum problema quanto à legalização do imóvel, por exemplo. O terreno foi comprado e a mudança vivida como verdadeira “realização de um sonho” para a entrevistada que então contava com 27 anos e se transferia para uma casa grande, junto com o marido e a filha, em um local pacato como uma “cidade do interior”. “E já tinha pé de banana, tinha pé de goiaba... E aí foi um encanto. Nosso terreno era de trezentos metros quadrados. E nós ficamos apaixonados e fomos morar lá”².

Não tardou para que os primeiros sinais do conflito se apresentassem. Alguns meses depois de instalada, a família ficou sabendo da situação precária da posse adquirida, quando a subprefeitura responsável pela região onde a comunidade está localizada retomou, na figura de Eduardo Paes, então subprefeito da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, ameaças de remoção que já vinham se desenhando desde o começo da década de 1990, sob a alegação de “dano estético e ambiental” (ALVES, 2017, p. 11). A situação que agora se sabia de informalidade não foi capaz, todavia, de frear a disposição de Dona Penha em fazer valer tudo aquilo que fora investido no terreno: “e fomos construindo devagarinho, fomos aumentando os espaços. Com dificuldade, é

² Todos os relatos citados neste texto são extraídos das duas entrevistas realizadas com Dona Penha no âmbito do Projeto Memórias da Luta pela Terra e Moradia do Estado do Rio de Janeiro, do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – Iterj, disponíveis no acervo do órgão.

claro! Mas a casa ficou maravilhosa! Simples, mas maravilhosa! E era a casa dos meus sonhos”.

A importância atribuída ao espaço da moradia é evocada quando o relato retorna ao período anterior à Vila Autódromo e passamos a saber que Dona Penha veio ainda criança com a família da Paraíba para a Rocinha: “na Paraíba eu morava numa casa que tinha espaço, que era grande, quintal... Mas eu não tinha comida. Aí eu vim morar no Rio de Janeiro, eu passo a ter comida, mas eu não tenho moradia. Eu morava num barraco.” E enfatiza: “era um barraco mesmo! (...) Nossas roupas eram guardadas em bolsa de papelão da Casa Sendas, da Casa da Banha, Disco... Vocês não lembram! Ali eram guardadas nossas roupas. Ali, eu já tinha... aquilo me incomodou desde já”. Os vinte anos vividos na Rocinha são descritos pela entrevistada com todos os detalhes possíveis à caracterização das dificuldades ali experimentadas, alicerçando a consciência da moradia como questão chave na transformação de vida que a chegada na Vila Autódromo representou:

Aqueles becos me incomodavam quando eu ia passar uma geladeira, passar um móvel, você não tinha espaço! Muitas vezes a gente empurrava o troço pra entrar na casa. E aquilo me consumia! Eu dizia: “Gente, isso não é viver. Eu não acredito que eu vim pra essa terra pra viver assim.”... Espremido, sabe? Então, você passa e bate... O vizinho bate na sua porta e escuta na outra casa. [Dona Penha reproduz sons de batida com a mão] Eu te chamo aqui e o outro vizinho escuta... Aquilo me incomodava. E aí, quando eu descubro a Vila e vou morar na Vila, a minha vida muda completamente! Eu morei vinte anos na Rocinha, mas eu não criei raiz na Rocinha... Porque a Rocinha não conseguia entender que eu morava ali. Eu sempre dizia que eu me escondia ali, eu não morava... Eu vim morar na Vila Autódromo e foi uma grande diferença, o espaço... Quando eu abria a minha porta, eu não dava de cara com o vizinho do lado, com a janela do outro já aberta... Ou então a pessoa passava e já olhava pra dentro da minha casa. Porque na Rocinha, você passa num beco e você olha, porque não tem outro lugar pra olhar. E quando eu vou morar na Vila Autódromo, eu descubro um espaço que era tudo o que eu sonhava! Tudo o que eu queria era ter aquele espaço. A minha filha de 7 anos, ela ficou como um pinto no lixo, como diz o ditado, de tanta alegria. Ela tinha um espaço que andava de bicicleta dentro do nosso próprio quintal. A gente tinha pé de bananeira que a gente ia lá, tirava a banana e comia. É uma outra vida.

Dona Penha não permaneceu alheia aos problemas da comunidade nos primeiros anos como moradora da Vila Autódromo. A Associação de Moradores já era atuante e a entrevistada participava das reuniões. No entanto, o seu maior envolvimento com o lugar dava-se no âmbito das atividades relacionadas à igreja católica local: “porque eu participei muito da construção da capela São José Operário. (...) Eu atuava mais na área

social. Fazíamos festa, teatro, peças de teatro, essas coisas todas”. A categoria “descoberta” é utilizada nesse contexto: “eu costumo dizer que na Vila Autódromo eu criei minhas raízes! Eu descobri o que era ser uma comunidade, descobri o que era ter verdadeiramente a terra”.

Vale mencionar que o território em questão sempre foi marcado por forte senso de pertencimento e ações comunitárias duradouras, vide a própria origem da comunidade. A primeira apropriação do espaço hoje denominado Vila Autódromo se deu a partir da prática da pesca na lagoa de Jacarepaguá e a ocupação de uma de suas margens no início dos anos de 1980, tendo sido criada a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo já em 1987 (ALVES, *op. cit.*). É sabido que a atividade pesqueira pressupõe a construção de laços fortes entre uma população e seu espaço natural e social (CRUZ, 2019). Mesmo a poluição da lagoa tendo futuramente inviabilizado a pesca, ela permanece como memória viva local, sendo evocada, sobretudo, em ocasiões onde os vínculos à terra conquistada pelos primeiros moradores são trazidos à tona com a função de justificar a existência da comunidade.

As bases de uma gramática mais diretamente política à qual Dona Penha mais tarde estará inelutavelmente associada podem ser recolhidas dessa memória, além das formas de organização social e religiosa com as quais ela teve contato naqueles primeiros anos. A mobilização construída na igreja, anterior à ação de remoção por parte do poder público, que será discutida adiante, pode ter tido o efeito, pelo menos para a entrevistada, de estruturar o movimento caracteristicamente político de resistência no qual Maria da Penha veio a se engajar de maneira direta, em que redes já constituídas puderam ser aproveitadas na luta contra as ações do Estado.

O relato prossegue, enfatizando desta vez não as iniciativas de remoção, mas a ausência dos poderes públicos no que tange a todas as outras esferas:

Agora, o governo num todo, sempre o poder público que é, que deveria cuidar bem das comunidades num todo, nunca chegou lá. Porque nunca fizeram nada dentro da nossa comunidade. Tudo o que nós tínhamos dentro da comunidade, a antiga, foi os próprios moradores que fizeram: as ruas, os comércios foram aumentando... A nossa pracinha só teve ajuda de uma vereadora que eu nem me lembro quem, que doou os brinquedos usados e a gente foi lá e arrumamos. O resto foi tudo a gente que fazia: nossa quadra, nós fizemos uma quadra atrás da associação, foi os moradores que saíram de porta em porta pedindo. (...) Eu participava mais através da igreja. Assim, o trabalho social que a gente fazia... Fomos construindo a igreja, porque a igreja também foi construída por nós moradores, Então a gente fazia almoço, fazia lanche, rifa. E a gente sempre teve. Porque, como nossa comunidade era uma comunidade pequena, fechada, super fechada pelas árvores... Ela tinha o muro do autódromo, que separava o

autódromo, e do outro lado do rio tinha muita árvore. Então muitas das vezes as pessoas passavam e nem conhecia a vila, nem sabia que tinha uma comunidade ali. E a gente era muito sociais, vivia muito junto, então a gente partilhava, a gente costumava dizer que era uma grande família! Se um morador estivesse passando por necessidade a gente fazia uma vaquinha e comprava remédio, juntava uma cesta básica, saía de porta em porta, “Fulano tá passando necessidade, e vamos lá”, e essas coisas do dia a dia que é maravilhoso! A partilha, na verdade! A gente vivia partilhando dentro da Vila.

Com base no que a entrevistada aponta como tendo demarcado a sua vivência enquanto sujeito atuante na localidade, pode se ter uma ideia do caráter do “drama social” (TURNER, 1974) que irrompe quando em 2005 esse mesmo Estado, ausente em sua responsabilidade de realizar políticas públicas em benefício do território, passa a atuar mais decididamente na intenção de passar os tratores por sobre as casas das pessoas, drama esse em relação ao qual Dona Penha terá que elaborar em momentos futuros toda uma reflexividade e toda uma “performance” coadunados à resistência local. “A Secretaria de Habitação passou dentro da comunidade (...) e fez aquele cadastro, rabiscou nossas paredes. Enfim, até ali, eu, por exemplo, não tinha noção, pra mim ia ser uma coisa normal”. Naquele momento a “definição da situação” (GOFFMAN, 2002) não possuía a clareza que futuramente passaria a ser cada vez mais necessária a ela: “digamos assim, eu não tinha ainda essa consciência de luta, e aí... só que a comunidade reagiu! Quem tava a frente da associação reagiu. (...) Não tiraram a comunidade e nós ficamos”.

Mesmo as investidas da prefeitura não se davam de maneira clara:

Cesar Maia lutou pra tirar aquela comunidade, os anos dele foi assim, perverso pra nós, sofremos muito. Todo ano ele jogava uma nota, era boato, jogava nota em jornal, mandava recado pro presidente da associação... Aqueles boatos, e aí o boato corria dentro da comunidade: “vão tirar a comunidade, vai sair!”.

Dona Penha se refere ao ano de 2005 e à gestão de Cesar Maia à frente da Prefeitura do Rio de Janeiro, no contexto das obras relacionadas aos Jogos Pan-americanos de 2007 realizados na cidade, contexto esse que se olhado retrospectivamente figurava quase como um prenúncio para o que estava por vir.

Não se pode, porém, acreditar que o poder público se apresente como um bloco uniforme ou atue de maneira uníssona em suas pretensões de demarcar o local como um território de exclusão e assim figurar como adversário explícito da comunidade, contribuindo para um fechamento simbólico e material capaz de aprofundar os laços entre os moradores, pois, além dos recursos de luta conquistados pelas alianças com

agentes externos de que trataremos mais tarde, a Vila Autódromo passava a contar, vindos desse mesmo Estado, com dois trunfos, duas cartas na manga: o fato de ter sido parcialmente titulada em 1994, 1995 e 1998, bem como a sua aprovação como Área de Especial Interesse Social em 2005, mesmo ano em que se intensificam os boatos de remoção. Os títulos de concessão de uso outorgados pelo estado do Rio a 167 famílias através da extinta Secretaria de Estado de Habitação e Assuntos Fundiários e, no município, a Lei Complementar Nº 74, de 14 de janeiro de 2005, passaram a fazer parte do leque de recursos³ levantados pela comunidade na luta que então ganhava corpo:

A gente sempre pegava essa lei, a concessão de uso, e dizia: “Não! A gente tem direito de ficar nessa terra, não somos obrigados a sair, não somos invasores, nós podemos ficar”. E foi ela que nos deu uma certa segurança e firmeza pra gente continuar lutando.

O tempo de Dona Penha na comunidade é por vezes descrito, porém, como um tempo de possibilidades perdidas por conta mesmo das constantes ameaças de remoção, o que ocorre, por exemplo, a respeito do quanto havia de ser investido na casa:

Olha, eu construí... eu levei uns dez anos construindo minha casa. Na verdade, eu não terminei a minha casa totalmente como eu queria, como eu tinha planejado. Porque todo ano, todo ano iam tirar a comunidade. Aí cada ano que ia tirar a comunidade a gente parava e dizia: “Não vamos construir, vai que vem a remoção”, e aí ficava difícil, na verdade eu não consegui terminar legalmente a casa dos meus sonhos, não terminei... Ela tava assim, dava pra morar e tal. Mas toda do jeito que eu tinha programado não ficou.

Em 2011 começou a ser organizada uma forte articulação entre moradores da comunidade, entidades sem fins lucrativos, o Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas e a Universidade que teve como resultado a elaboração do chamado Plano Popular da Vila Autódromo, editado em 2012 e 2016. A partir da realização de oficinas, assembleias e levantamentos técnicos, o Plano, como peça de planejamento urbano concebido no e pelo próprio território, demonstrou a viabilidade da urbanização da comunidade, principal requisito tido como necessário para a sua permanência, servindo a partir de então como mais um recurso capaz de fazer frente às iniciativas da prefeitura. Essa nova etapa caracterizada pela intensa mobilização de apoiadores oriundos dos movimentos sociais e de organizações da sociedade civil, legitimadas em campos de luta mais abrangentes do que o local considerado, e na Academia, fonte também de

³ Conforme definidos por McAdam, Tarrow e Tilly (2009).

legitimidade, neste caso tecnicamente fundada, tem início justamente em um episódio no qual a possibilidade de urbanização da localidade é posta à prova:

Em 2010 o Eduardo Paes procura... Eu não sei como foi o contato, mas eu sei que ele teve uma reunião com o presidente da associação, o seu Altair. E o seu Altair dizendo... Na discussão de retirada da comunidade, ele dizia que tinha como urbanizar aquela comunidade. E aí ele sempre dizia que não dava pra urbanizar. Sempre que falava em tirar a comunidade surgia um novo pretexto, na verdade falsas... Dizia que era... Uma época era por causa da lagoa, que a gente prejudicava a lagoa, prejudicava o meio ambiente. Depois é, iam fazer não sei o quê e a gente não podia ficar ali. E no final eles diziam que não tinham como nos urbanizar porque ia ficar uma bacia, era um buraco... não dava porque a rua Abelardo Bueno e a Salvador Allende eram altas e a gente não ia ter como fazer os escoamento da água, enfim... E o seu Altair trabalhava com obra e entendia, e outros trabalhadores dentro da comunidade diziam “Não. Aqui tem como urbanizar sim!”. Até porque, nós fizemos nossa própria rua! (...) Urbanizar a vila! Porque a vila era muito precária. Era rua de barro, não tinha saneamento básico, (...) Enfim, era uma comunidade que precisava ser urbanizada com saneamento básico e tudo que tem direito! Pra ficar bem! E tinha essa possibilidade. E aí o Eduardo Paes discutindo com o seu Altair... Conversando, discutindo no bom sentido... Conversando com o seu Altair, desafia o Altair dizendo que se ele conseguisse um projeto mostrando que tinha como urbanizar a vila, que ele urbanizaria. E aí o seu Altair, Dona Jane e a professora Inalva foram atrás de duas faculdades (...). E nós conseguimos que os professores fossem pra lá e fizemos um trabalho belíssimo.

O trabalho a que entrevistada se refere foi aquele relacionado às mobilizações internas e à busca de apoiadores no plano externo que então começam a aparecer com mais frequência. É bem provável que muito da ascendência de Dona Penha na Vila Autódromo, além de sua postura como representante comunitária conhecedora não somente do local, mas conectada a uma rede ampla de aliados, tenha surgido nesse contexto, pois é para tal direção que segue o relato:

E aí eu começo a entrar dentro da história da comunidade num todo. Eu comecei a aprender. Porque essas reuniões eram toda a comunidade. Então eu sempre ia para as reuniões do Plano Popular da Vila Autódromo, que eu acho que vocês já ouviram falar. E aí a gente começa em 2011, se eu não me engano, a botar esse plano em prática. Primeiro eles foram correndo atrás, nesse intervalo eles foram buscar ajuda e aí em 2011, se não me engano, finalzinho de 2011, começa as reuniões pra fazer o trabalho do Plano Popular, que foi maravilhoso, eu aprendi muito! Uma aprendizagem assim, muito bacana e professores, alunos e moradores foram se entendendo e vendo as dificuldades da comunidade. Vendo o que ia ser feito, como ia ser urbanizado. E conseguimos criar o plano com oito meses. (...) Em seguida o prefeito chama a comunidade fazendo uma fala, dizendo que tinha errado conosco e tal, não sei o quê... E a gente leva o plano e entrega a ele e diz assim: “Ó! O senhor disse que urbanizaria! Tá aqui o plano, tem como, sim”.

Quando veio ao chão a primeira casa, no dia 8 de março de 2014, data que Dona Penha tem na ponta da língua, por se tratar, evidentemente, de algo difícil de esquecer, e se concretizou o início de todo um processo que em breve derrubaria também a sua própria morada, pode-se dizer que a comunidade estava preparada, que as demolições não foram surpresa para ninguém e que a produção de uma contraproposta de intervenção orientada a fazer frente às intenções da prefeitura teve uma função pedagógica para além da sua eficácia empírica. Mas foi quando a poeira resultante do impacto das quedas de paredes e muros se fez presente que se pode sentir de fato toda a pressão social exercida sobre aquela localidade e sobre a nossa entrevistada. A estrutura da desigualdade urbana nas grandes cidades capitalistas torna-se aparente, com todo o seu peso.

Explicita-se, a partir de então, a demanda principal da comunidade não como mera bandeira retórica, mas como um conjunto de ações e posicionamentos que apontam para “situações problemáticas” a serem sanadas. Podemos recorrer aqui a um autor como Cefaï (2011), que assume um ponto de vista pragmático na investigação das diversas formas de coordenação que se constroem em torno das causas coletivas. Tal vertente nos leva a compreender a luta desde a sua gênese não como mera tática reativa aos “discursos oficiais”, estabelecidos “de cima para baixo” ou como adoção de ferramentas simbólicas elaboradas de antemão por aqueles que delas se servem, de modo a ajustar a realidade concreta ao que é reivindicado abstratamente. Em vez disso, somos levados a pensar que foi a partir da própria vivência dessas situações problemáticas (a precariedade da posse, a falta de saneamento básico, a “água clandestina” que jamais foi regularizada apesar da insistência da associação de moradores, o lamaçal que se seguia às chuvas, a infestação de mosquitos, a escassez de recursos financeiros, a falta de voz política, etc.) e da elaboração de táticas para enfrentá-las (o Plano Popular, por exemplo) que a própria comunidade veio a se enxergar como um grupo de ação coletiva, inserido em determinado campo de lutas, e seus moradores foram levados a vocalizar (“fazer uma fala”, na expressão mais comumente empregada por Dona Penha), no próprio decorrer da luta, a sua demanda por moradia digna, isto é, uma demanda inserida em um todo mais abrangente, maior do que os limites locais, quando Dona Penha passa a participar de outras instâncias de discussão e mobilização popular, considerando que a onda de remoções da época afetou, de fato, toda a cidade.

Tudo se dá a partir dessas situações problemáticas que Boltanski e Thévenot (2007) denominam “momentos críticos”: aquelas em que uma tensão emerge, em que um conflito antes oculto é tornado aparente, em que uma crise se instala. Dona Penha se dá conta, a partir desse momento chave em sua trajetória, representado pelas remoções em sua comunidade e as mobilizações em torno do Plano Popular, que as coisas não vinham ocorrendo (ou jamais ocorreram) como deveriam, tanto em sua realidade imediata quanto no mundo em geral. Sua insatisfação ganha corpo: “eu descubro a minha raiz quando eles começam a me dizer que eu tenho que sair da minha casa e eu começo a fazer uma reflexão: como assim eu tenho que sair?” O caráter injusto da vida naquele contexto fica nítido e a indignação aflora:

Eu realmente achava que eu tinha que ser respeitada como cidadã desse país. Como assim, só porque eu sou pobre não tinha o direito de permanecer naquela terra? A minha voz não valia? O meu direito não podia ser garantido? Porque se fosse num condomínio de luxo, eles não iam respeitar o direito daquele cidadão? Eu favelada, pobre, não tenho esse direito? Como assim? Isso que me estimulou também a querer lutar porque eu achava um absurdo. Eu moro ali há 30 anos quase, morava há 24 anos já ali, e não podia permanecer ali por capricho de um governo que achava que eu tinha que sair por causa das Olimpíadas, que era usada, foi usada pra me retirar do meu espaço que eu construí com muita dificuldade, onde eu planejei a minha casa, onde eu era feliz e eu tinha que sair a força? Isso é uma falta de respeito!

Um regime de luta, onde essa indignação ganha sentido e direção, opõe-se a um regime de familiaridade, onde relações costumeiras se estabelecem e tudo parece naturalmente funcionar em nosso benefício. Semelhante construção é proposta por Boltanski (2000), que realiza uma distinção entre um regime de familiaridade ancorado na recusa a equivalências entre os seres, humanos e não humanos, presentes nas situações, como é o caso da maioria das situações rotineiras, e um regime de justiça onde as equivalências antes ocultas devem ser explicitadas a fim de permitirem a sustentação de críticas e justificações. Thévenot (2006), por sua vez, realiza uma diferenciação entre um regime baseado na proximidade e nos alinhamentos com um local, a partir do qual a inquietude é vivida como experiência pessoal, e um regime de ações publicamente justificáveis, baseado em convenções coletivas, onde as inquietudes pessoais devem se converter em causas comuns para assumir uma expressão pública, fazendo emergir como questão importante a passagem entre regimes e até mesmo a composição entre eles.

De acordo com a conceitualização aqui defendida, pôr-se em um regime de luta significa engajar-se na denúncia e na transformação de um estado de coisas tido como

ilegítimo, ao contrário da dimensão de familiaridade onde as relações entre as pessoas e as situações são plenamente alinhadas e refratárias a qualquer crítica. A desigualdade no acesso à terra e à moradia torna-se, por esse processo, uma situação problemática, a ser desnaturalizada e então transformada. A competência própria a essa nova configuração é manifestada particularmente naqueles momentos da entrevista em que Dona Penha expressa toda a sua capacidade de tecer críticas e dismantelar os discursos e as estratégias encampadas pelo prefeito Eduardo Paes, com quem passa a interagir com relativa frequência, tanto em assembleias na comunidade quanto em reuniões na prefeitura. Pode-se dizer que essa interlocução foi permeada por toda uma série de desvendamentos do jogo político encampado pela prefeitura, desvendamentos esses para os quais eram essenciais as habilidades agora aprendidas, como quando a prefeitura anuncia a sua intenção de urbanizar o território:

E aí a gente começou: “Péra aí, não tá... Vocês não estão urbanizando! Estão tirando as pessoas!”. A faixa marginal que era do rio, ele tirava cento e quarenta famílias dizendo que era pra fazer uma passarela. E se você for lá agora vai ver que eles não fizeram a passarela! Era realmente uma forma de tirar a comunidade!

Ou quando em seguida a tática da prefeitura de dividir a população se delineia, com robustas propostas financeiras pelos lotes, apresentadas de maneira dispersa e aleatória, pulverizando a resistência: “O critério era rachar. No meu ponto de vista o critério era dividir a comunidade”. A alegação de que estariam sendo acionados mecanismos democráticos de diálogo é posta em xeque pela entrevistada, a partir de então: “porque na verdade, ele disse que queria falar com todos os moradores, mas (...) nem todas as famílias foram convidadas! Então ele já começa rachando as famílias. Ele convida a metade da comunidade e a outra metade não”. Por fim, são denunciadas as intenções mais abrangentes por trás das iniciativas de remoção, quando Dona Penha é indagada sobre as razões que levaram a municipalidade a entabular tal empreitada:

Porque a Vila Autódromo se tornou uma área nobre. E uma das coisas que eu descobri depois, com o tempo, que todo país que recebe as Olimpíadas não pode ter famílias morando por perto. Comunidade, principalmente... Tem que ser uma área destampada, sem árvores... Se vocês passarem em frente ao Parque Olímpico, você não vê uma árvore ao lado do Parque Olímpico! Tem que tá bem amplo! Eles têm medo de terrorismo, isso e aquilo, enfim... E claro: porque a Barra da Tijuca se tornou Barra da Tijuca, eles fizeram questão de mudar o nome de Jacarepaguá... Eu agora, eu saí... Eu não moro mais em Jacarepaguá: eu me mudei de bairro sem sair do lugar! Agora é Barra da Tijuca. É impressionante que a minha comunidade, quando eles colocaram a luz, não

vem Barra da Tijuca. Vem Curicica, que é Jacarepaguá... Se você entrar na Abelardo Bueno, os prédios, os apartamentos que são de frente pra Abelardo Bueno, o condomínio e o IPTU é pago como Barra da Tijuca. Os condomínios que é atrás, que pega a parte de trás vem, pra pagar o IPTU vem... como é nome? Jacarepaguá! Curicica, Jacarepaguá! A Vila Autódromo se tornou Barra da Tijuca pra tirar ela! Agora, quando foi pra ficar, aí se tornou de novo Jacarepaguá. Na minha conta de luz, que é o único documento que registra nossa comunidade, que foi o primeiro documento que eles fizeram, vem Curicica! Não vem Barra. Por que eles queriam tirar a comunidade? Uma porque era uma exigência do Comitê Olímpico. Porque na história das comunidades... todos os países que têm comunidade, eles retiram. No Japão, por exemplo, já retiraram muita gente. Ainda é pior que aqui porque eles não têm voz, pobre lá parece que é lixo. E enfim, porque se tornou uma área rica em termo de metros quadrados, lá tá valendo... Na época da remoção já tava valendo quatorze e agora deve tá mais. E porque também o trato daquela terra de dentro do Parque Olímpico, é que quando acabassem as Olimpíadas, ela é terceirizada, foi passada pra empreiteiras e que vai ser criado condomínios pra venda. E na faixa marginal da lagoa eu não posso ficar, mas os condomínios que virão podem. (...) Quando eles perceberam que é uma terra que não tem morro, perto da lagoa, o que acontece? A faixa marginal da lagoa foi cada vez mais sendo valorizada. Você vê: a Rodrigo de Freitas, por exemplo, antigamente tinha comunidade ali ocupando. Mas eles tiraram a comunidade dizendo que a comunidade o quê? Poluía a Lagoa... Mas quem que polui a lagoa agora? Esses anos todos você vai ali e não aguenta o cheiro. (...) É porque assim: a comunidade, eles deixam morar lá. Quando começa a terra a valorizar... Ó Santa Cruz: não tinha valor nenhum! Agora que o progresso tá chegando... Sempre que o progresso vai chegando, vai desenvolvendo... Porque a cidade é só pra quem tem dinheiro, a cidade não é pra quem tá morando nela.

Como afirma Chateauraynaud (2012), toda causa, uma vez constituída e solidificada, segue uma direção, isto é, descreve uma trajetória, aplicada por aqueles que a produzem, podendo sofrer guinadas, intensificações, arrefecimentos, deslocamentos na relação de forças ou no apelo a princípios de legitimidade, figurar como verdadeira causa comum a coletivos mais ou menos abstratos, adentrar no domínio jurídico ou institucional, ser objeto de um trabalho de generalização, ampliando ferramentas e o leque de apoiadores, ou de especificação, restringindo-se a luta, retomando-a como questão pessoal ou particular, por exemplo. As provas, isto é, as demonstrações concretas de princípios de justiça, dentro de uma disputa regrada, ou o apelo a um conjunto de forças, fora de qualquer requisito de argumentação, se seguem uma a uma, demarcando trajetos que não se repetem. Em torno delas é que as dinâmicas de convergência (a concordância sobre o que é objeto de demanda, por exemplo) ou divergência (atores pleiteando caminhos opostos por terem interpretações diferentes sobre o que está em jogo) se estabelecem. É então neste ponto que podemos vislumbrar

o quanto Dona Penha assumiu uma postura outsider típica, por seu posicionamento terminantemente contrário a deixar o local e pelo fato de que aos poucos a maior parte dos moradores foi levada a aceitar as ofertas cada vez mais vultosas da prefeitura. Enquanto a maioria acabou por fazer deslocar a luta da comunidade para fora do conflito, pelo reassentamento no Parque Carioca (conjunto construído pela municipalidade em local relativamente próximo para receber os removidos da Vila Autódromo), ou adquirindo um novo imóvel com a indenização paga, Dona Penha moveu-se no rumo contrário, na intenção de impulsionar ainda mais a causa, a partir do fortalecimento da resistência, organizando verdadeiras provas de força, como no dia em que a tropa de choque havia sido convocada para dar apoio à derrubada de quatro casas na comunidade, com as famílias ainda morando no local:

E nisso a gente já tinha uma mobilização, nós começamos a ligar pra todo mundo que nós podíamos. Ligamos pra repórter, ligamos pra Defensoria Pública, pro padre, que foi um padre maravilhoso que passou por lá, padre Fábio. E ligando pra imprensa, pros apoiadores, nisso foi começar a chegar gente. Chegando gente, chegando gente, e foi aumentando. E os moradores fazendo discurso que não podia tirar, quando foi duas e quarenta eles disseram que a guarda ia entrar e tirar a família à força. (...) Com todo esse povo lá. E nós fizemos um cordão humano, onde eu estava, meu marido, minha filha, seu Altair e um grupo...mais idoso. (...) E eles começaram a nos empurrar... Corpo a corpo, o guarda nos empurrou e nós voltamos e empurramos eles. (...). E aí eles começaram a bater, porque a gente tava desarmado. Não tínhamos nada nas mãos! E eles começaram a nos bater e eu fui a primeira pessoa a ser... Quebraram o nariz, eles quebraram meu nariz, começou a ensanguentar. E aí começou todo um desfecho, um conflito que foi... Saíram sete moradores machucados, mas a que foi mais prejudicada fui eu e o dono da casa: Seu Sebastião, a gente chamava ele de seu Brasil. Foi uma grande confusão, saiu na mídia no mesmo dia, saiu ao vivo em todas as redes da televisão. E isso deu pano pra manga como diz o ditado. E eu costumo dizer que apesar de ser muito triste, eu acho que foi o melhor dia daquela comunidade, porque nós descobrimos o valor e o poder que o povo tem quando ele diz que não quer ser removido. E ali a gente cria mais força pra combater essa remoção.

As ações e atitudes de nossa entrevistada ilustram um pouco de como a luta nesse contexto desenvolve-se muitas vezes à margem das institucionalidades. A caracterização de outsider empregada acima decorre do fato de que Dona Penha jamais cedeu à coerção exercida pelo poder municipal, permanecendo numa posição que, se por um lado remete-se a uma causa coletiva que se quer a mais compartilhada possível, por outro trata de assumir o valor de seu desejo individual de permanecer na luta (“eu sempre falei por mim, eu nunca falei pelo outro morador. Eu nunca disse a outro morador que ele tinha que ficar”) e a partir disso servir de exemplo e referência aos

vizinhos menos aquinhoados com as competências e os capitais por ela reunidos, aqueles que identificam o que podemos chamar de liderança, seja em termos de capacidade de arregimentar apoiadores ou ganhar visibilidade na arena pública: “eu acho que agora eu começo a me ver como uma liderança, depois de todo esse processo dramático e do reconhecimento, de ver que as pessoas me procuram pra falar da luta, desse entendimento.” A concepção da entrevistada sobre o papel social por ela conquistado a partir do recurso à confrontação aprofunda-se no seu próprio reconhecimento como sujeito: “é quando você cobra seu direito de ser respeitado. Acho que isso se torna liderança. É quando você sabe o que você quer”. Saber o que se quer, naquela situação caracterizada por precariedades e pelo potencial desagregador das somas monetárias recebidas por muitos, significa ter incorporado todo um repertório de valores que foge de enquadramentos mercantis, mas também institucionais. “Eu simplesmente disse que meu direito deveria ser respeitado, continuei afirmando isso e fui cultivando esse lado”. Não ser formalmente vinculada à associação de moradores é algo que a qualifica enquanto alguém cujas ações não podem ser automaticamente identificadas a nenhum grupo, potencializando uma imagem de autenticidade, pois seus atributos não estão objetivados em um campo específico como o dos representantes comunitários, estabelecido e reproduzido pelo Estado em sua necessidade de formalizar a relação com o território, um requisito das políticas públicas.

Nem sempre as lideranças mais destacadas em um local são aquelas que os poderes públicos investem da qualificação burocrática, formalizada em um ato de posse como presidente de uma associação, por exemplo. No caso em tela, seu Altair, o legitimado mandatário à frente da associação de moradores da Vila Autódromo acabou deixando a comunidade e o próprio prédio da associação foi demolido. “Porque, na verdade, a comunidade era cada um de nós. A partir dali, a comunidade passou a ser cada família que ia ficar. Nós entendemos que a comunidade era nós”. Isto é, a representação do coletivo ganha, na figura e nas atitudes de Dona Penha, um caráter não institucionalizado:

Quando eles derrubam a associação, a gente escreve nas casas que restavam: a associação é aqui, a associação é aqui... A gente entendia que a partir dali, a associação era cada um morador que queria ficar naquele território. Mas o Altair continuou sendo... Só que na verdade, não tinha mais o que ser administrado. Tava tudo em ruínas, a associação já não existia! E só existia um grupo de morador que queria ficar.

O desfecho dos acontecimentos é conhecido: cerca de vinte casas foram construídas em terreno pertencente à comunidade, fazendo valer a vontade dos mais resistentes, Dona Penha entre eles. Um grande espaço permeado pelos escombros das casas demolidas, tendo a igreja como única construção remanescente, assume a condição de verdadeiro museu a céu aberto, o chamado Museu das Remoções. A qualquer um que caminhe por aquele chão esvaziado de gente e pleno de memórias é impossível deixar de refletir sobre o próprio valor da terra e da moradia, sobre como os locais e suas habitações são afetados por conflitos gestados muito longe dali e sobre como as experiências do morar se desenvolvem também no apelo a recursos situados na especificidade de um território. Nossa entrevistada reside hoje em uma dessas casas, em rua estreita, umas iguais às outras, e com acesso ainda precário. Uma moradia relativamente menor e diferente da anterior, mas erguida na mesma terra que custou tanto defender.

Considerações finais

Pode-se perceber que a organização da luta da Vila Autódromo aconteceu não na forma de estratégia, mas com o objetivo de conferir sentido (tanto como significado quanto como direção, rumo) a ações não previamente calculadas. Trata-se de fato de uma luta por reconhecimento, como entendida por Honneth (2003): compreende-se como uma identidade local deve ser reconhecida intersubjetivamente em diferentes dimensões, desde seu caráter afetivo, das emoções, até a esfera do direito e da solidariedade social. Ao mesmo tempo, foi a partir da chamada “construção do comum” (DARDOT e LAVAL, 2015) que se pode, no caso analisado, compreender como o recurso ao bem simbólico “terra” não necessariamente possui como requisito a materialidade de um solo inequivocamente fixado, de fronteiras rígidas: viu-se que a comunidade permanece em sua terra, tendo sido refeitas as moradias e alterado o lugar ocupado pelos remanescentes no território. O caráter comum da terra diz respeito ao “tonar comum” (*mise en commun*) para sujeitos específicos no espaço e no tempo e não a um indivíduo abstrato regido pelo direito de propriedade, o que sugere todo um processo permeado por práticas sociais complexas, onde a dimensão conflituosa é parte integrante e a luta jamais deixa de ter a sua relevância.

Em vez de se pensar a terra e a moradia como coisas cujo valor seria de antemão reconhecido por aqueles que por elas lutam, como uma busca por algo objetivamente visado e valorizado em sua dimensão instrumental, o esforço deste texto, ao contrário, foi o de sinalizar para o caráter muito mais processual e dessubstancializado do fenômeno. Esperamos ter deixado claro o quanto que o valor da terra e da moradia pode ser entendido como algo em constante construção: é justamente através de ações como as de Dona Penha em seu reconhecimento do valor da terra e da moradia que o próprio valor da terra e da moradia se constrói e se atualiza. Tal valor nasce e se renova, em suma, mediante práticas humanas significativas e não através de apreciações meramente monetárias. A natureza exemplar da biografia de Dona Penha serve de referência na própria interpretação, transformação e multiplicação desse valor por parte de outros agentes sociais presentes ou futuros que venham a se dedicar à luta pela permanência em seus territórios como tarefa fundamental.

Referências bibliográficas

ALVES, R. T. Dramas, conflito e convergências: o processo de remoção na Vila Autódromo. *Revista Habitus: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.85-115, março de 2017.

ARFUCH, L. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BECKER, H. S. Biographie et mosaïque scientifique. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 62-63, junho de 1986. L'illusion biographique. pp. 105-110.

BOLTANSKI, L. *El amor y la justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción*. Buenos Aires: Amorrortu, 2000.

BOLTANSKI, L. e THÉVENOT, L. A sociologia da capacidade crítica. *Antropolítica*, nº 23, p. 121-144, 2º sem. 2007.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral* 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas*, n. 2 (4), 2009, p. 11-48.

_____. Diez propuestas para el estudio de las movilizaciones colectivas. De la experiencia al compromiso. *Revista de Sociología* 26, 2011, p. 137-166.

CHATEAURAYNAUD, F. Das disputas comuns à violência política. A análise das controvérsias e a sociologia dos conflitos. *Enfoques - revista dos alunos do PPGSA-UFRJ*, v.11(1), março 2012. Online, pp. 201-218. Disponível em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br>

CHAZEL, F. Movimentos sociais. In: BOUDON, R. *et alli. Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995, p. 283-334.

COMERFORD, J. C. *Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política (Coleção Antropologia da Política, 5), 1999.

CRUZ, S. S. L. Geografia e a área pesqueira: a abordagem da pesca artesanal. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, maio de 2019. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2019/05/geografia-area-pesqueira.html>
[//hdl.handle.net/20.500.11763/cccss1905geografia-area-pesqueira](https://hdl.handle.net/20.500.11763/cccss1905geografia-area-pesqueira)

DARDOT, P., e LAVAL, C. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. *Tempo Social* 27(1), 261-273, 2015.

DEWEY, J. *The Public and its Problems*. Ohio: Ohio University Press, 1991.

ELIAS, N. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

GOFFMAN, E. *A Representação do Eu na Vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2002.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

MCADAM, D., TARROW, S. e TILLY, C. Para mapear o confronto político. *Lua Nova: revista de cultura e política*, n. 76, p. 11- 48, 2009.

SANTOS, B. S. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

THÉVENOT, L. Faire entendre une voix: engagement dans les mouvements sociaux. In: *L'action au pluriel: sociologie des régimes d'engagement*. Paris: La Découverte, 2006.

TURNER, V. *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.